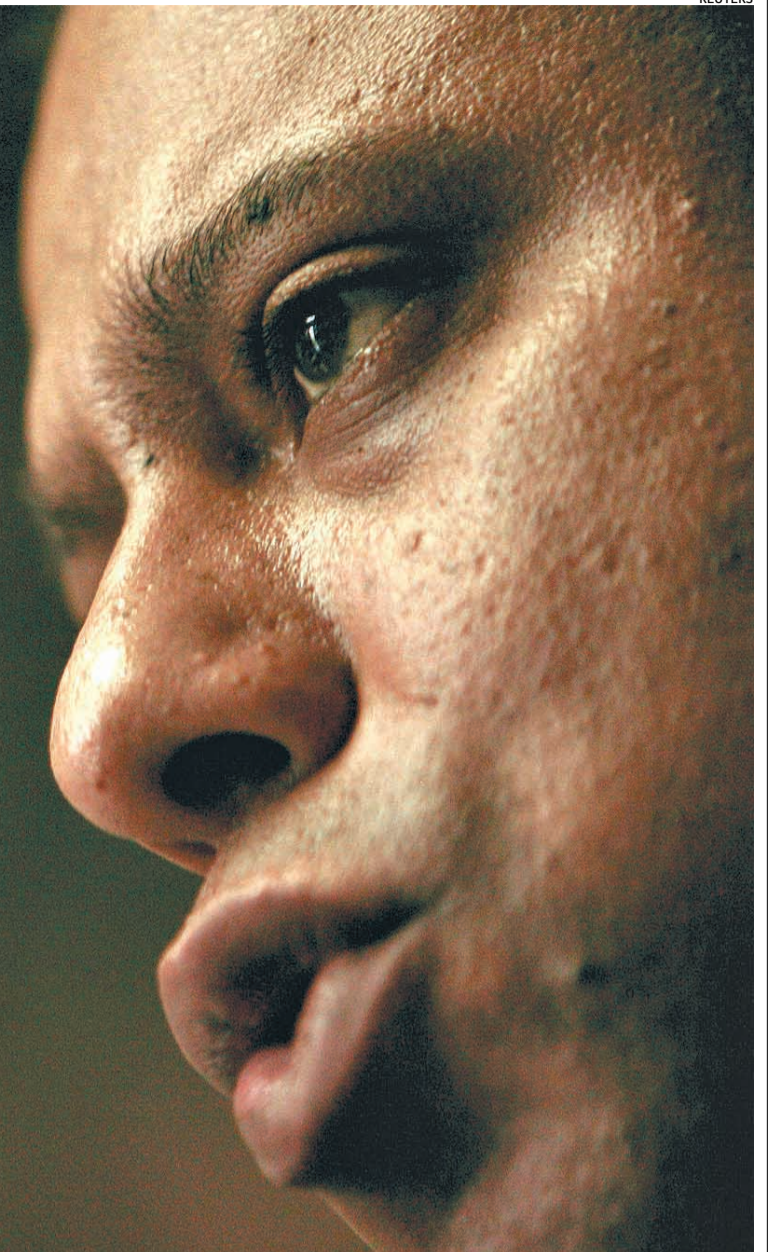




ESPORTE OLÍMPICO

Projeto divide COB e Governo

Orlando Silva
Júnior debaterá
sobre as alterações



REUTERS

Nuzman e Ministério do Esporte divergem sobre mudanças no esporte olímpico

Unificação e criação de regras para a liberação de recursos do governo federal, construção e administração de centros olímpicos em todo o país, além da instituição de salários para os presidentes de confederações são algumas medidas do projeto elaborado pelo Ministério do Esporte para evitar que o Brasil protagonize um vexame durante e após os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Mas as alterações encontram resistências.

O LANCE! apurou que o projeto irritou o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman. Ele se mostrou contrário à proposta de o Ministério do Esporte condicionar a distri-

buição de recursos públicos aos resultados obtidos pelo Brasil em competições. Outro ponto questionado foi o da criação de centros olímpicos que ficariam sob a administração do governo federal e seriam uma espécie de filial do Centro Olímpico de Treinamento (COT), a ser erguido no Autódromo Internacional Nelson Piquet, em Jacarepaguá, Zona Oeste, no Rio para os Jogos de 2016.

O projeto está pronto desde o início do ano e já recebeu o aval do presidente Lula, mas o ministro do Esporte, Orlando Silva Júnior, debate com segmentos esportivos e da sociedade antes de apresentá-lo ao Congresso.

Em algumas ocasiões, o ministro mostrou sua insatisfação com o pre-

sidente do COB. Para interlocutores, chegou a comentar que "Nuzman pensa que pode tudo e que acha que tem o monopólio do esporte."

Orlando Silva entende que os Jogos Rio 2016 precisam ser encarados como uma oportunidade para aprimorar o sistema esportivo brasileiro. O político defende que o país aproveite a realização das competições para criar um modelo de desenvolvimento eficiente para o esporte nacional, que dê frutos por anos.

Na terça-feira, o ministro e Nuzman se encontraram em São Paulo para tentar aparar as arestas sobre o projeto. Procurados, tanto o político quanto o presidente do COB não quiseram se manifestar.

Repasse por mérito é copiado

Ao instituir a meritocracia em novembro de 2008 para a distribuição dos recursos da Lei Piva às suas confederações, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) terminou por servir de inspiração ao Ministério do Esporte. O critério de merecimento para receber mais ou menos recursos, de acordo com o desenvolvimento da modalidade e o desempenho em competições, norteará a nova divisão dos montantes distribuídos pelo governo federal ao setor.

De acordo com a nova lei, não só a distribuição da Lei Piva, como a con-

cessão de patrocínios de empresas estatais e incentivos fiscais serão condicionados a regras de desempenho determinadas pelo governo federal. E essas exigências vão ser idênticas as praticadas pelo COB.

Por exemplo, para uma confederação como a de Vôlei, ganhar mais de uma medalha em Olimpíadas seria uma obrigação e parâmetro para a obtenção de mais ou menos recursos. Uma de menor expressão, como a de Badminton, a classificação olímpica equivaleria à conquista de uma medalha de ouro.

AS PROPOSTAS DA NOVA LEI

→ Todos os recursos públicos, como a Lei Piva e patrocínios de estatais, ganharão critérios para serem distribuídos ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e confederações esportivas.

→ Determinar o pagamento de salários para os presidentes de confederações esportivas.

→ Criação de Centros Olímpicos de Treinamento em todos os estados, que serão geridos pelo governo federal ou por uma empresa criada para a desenvolver a função.

→ Construir para cada modalidade esportiva um centro de desenvolvimento, a exemplo do já erguido pela Confederação Brasileira de Vôlei, em Saquarema, Região dos Lagos, no Rio.

→ Desenvolver um projeto de apoio aos atletas de alto rendimento no país: "Atleta de ouro".

→ Cria um calendário de competições esportivas.

→ Investir no esporte de base.

PARTICIPE!
www.lancenet.com.br ou
lanceactivo@lancenet.com.br



Enquete

Quem deve ser o responsável por desenvolver o esporte brasileiro?

Comitê Olímpico Brasileiro (COB) 23,2%

Governo Federal 15,6%

COB e Governo Federal 61,2%

Total de 1.020 votos (às 17h30 de ontem)

Entidade faz projeto paralelamente



Sem esperar pelo Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) deu início em fevereiro ao seu projeto para apoiar atletas com possibilidades de conquistarem medalhas nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, e no Rio, em 2016. A entidade negocia com as prefeituras das principais capitais brasileiras a criação de equipes, que receberão todo o apoio para se prepararem.

A prefeitura do Rio deu exemplo ao

ser a primeira a aceitar custear a sua. Na quinta-feira, foi a vez de São Paulo.

Na nova lei a ser proposta pelo Ministério do Esporte há a previsão da criação do programa Atleta de Ouro. Nele, os esportistas identificados como potenciais ganhadores de medalhas em Jogos Olímpicos receberão todo o apoio logístico e financeiro para se prepararem. A intenção é a de evitar que os talentos brasileiros se percam.